



A questão dos arquivos de arquitetura e o Plano de Ação do Governo do Estado de São Paulo (1959-1963) na historiografia da arquitetura moderna

***The issue of architecture archives and the Action Plan of State
Government of São Paulo (1959-1963) in the historiography of
modern architecture***

***La cuestión de los archivos arquitectónicos y el Plan de Acción del
Gobierno del estado de São Paulo (1959-1963) en la historiografía de
la arquitectura moderna***

LUCCA NETO, Luiz de¹

JUNQUEIRA, Monica²

¹ Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, Brasil.
luiz.lucca.neto@usp.br
ORCID: 0000-0003-0097-1037

² Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, Brasil.
junqueira.monica@usp.br
ORCID: 0000-0002-7341-6352

Recebido em 31/10/2021 Aceito em 27/06/2022



Resumo

Este artigo tem como objetivo discutir a problemática atual dos acervos e arquivos de projetos e documentos de arquitetura para a pesquisa e a historiografia da arquitetura e do urbanismo, apresentando a extensão das investigações sobre o Plano de Ação do Governo do Estado em São Paulo (PAGE) e a sua contribuição para a revisão historiográfica da arquitetura moderna em São Paulo. Conduzidas ao longo das últimas duas décadas por diversos pesquisadores, as pesquisas sobre o Plano de Ação se apoiaram na investigação documental em acervos e arquivos públicos, possibilitadas pelo trabalho prévio de preservação dos documentos históricos desempenhado por instituições diversas, contribuindo, de forma decisiva, para a compreensão do modernismo arquitetônico, concentrando-se na produção verificada em São Paulo a partir da década de 1950. Neste sentido, os documentos históricos, retomados pelos historiadores da arquitetura, constituem material elementar à pesquisa, impactando diretamente na renovação da historiografia.

Palavras-Chave: Arquivos, Plano de Ação, arquitetura moderna, historiografia

Abstract

This article aims to discuss the current problem of collections and archives of architectural projects and documents for research and historiography of architecture and urbanism, presenting the extent of investigations on the State Government Action Plan in São Paulo (PAGE) and its contribution to the historiographical review of modern architecture in São Paulo. Conducted over the last two decades by several researchers, the research on the Action Plan was based on documentary research in public collections and archives, made possible by the previous work of preservation of historical documents performed by different institutions, contributing, in a decisive way, to the understanding of architectural modernism, focusing on verified production in São Paulo from the 1950s. In this sense, the historical documents, taken up by architectural historians, constitute elementary material for research, directly impacting the renovation of historiography.

Key-Words: Archives, Action Plan, modern architecture, historiography

Resumen

Este artículo tiene como objetivo discutir la importancia de los archivos de proyectos y documentos arquitectónicos para la investigación e historiografía de la arquitectura y el urbanismo, presentando el alcance de las investigaciones sobre el Plan de Acción del Gobierno del Estado en São Paulo (PAGE) y su contribución a la revisión historiográfica de la arquitectura moderna en São Paulo. Realizada durante las últimas dos décadas por varios investigadores, la investigación del Plan de Acción se basó en la investigación documental en fondos y archivos públicos, posibilitada por el trabajo previo de preservación de documentos históricos realizado por diferentes instituciones, contribuyendo, de manera decisiva, a la comprensión del modernismo arquitectónico, centrándose en la producción verificada en São Paulo desde la década de 1950. En este sentido, los documentos históricos, retomados por historiadores de la arquitectura, constituyen material elemental de investigación, impactando directamente la renovación de la historiografía.

Palabras clave: Archivos, Plan de Acción, arquitectura moderna, historiografía



1. A questão dos arquivos e acervos de arquitetura

Recentemente, a discussão sobre os arquivos de arquitetura passou a ter espaço significativo no debate público brasileiro. Esta relevância tem sido motivada por alguns casos específicos: como a doação feita pelo arquiteto Paulo Mendes da Rocha, de seu próprio acervo, para a *Casa da Arquitetura*, e a expatriação do acervo de Lucio Costa para a mesma instituição. Também, pela preocupação com os rumos da cultura no país, diante do desmonte das políticas públicas do setor e do enfraquecimento de órgãos e instituições de preservação.¹ Em carta aberta divulgada em Setembro de 2020, o Instituto de Arquitetos do Brasil defendeu a necessidade de constituição de uma política voltada aos acervos de arquitetura no Brasil, mencionando a preocupação com “a situação crítica que vigora no país em relação às políticas culturais, sob ataque constante e com estrangulamento de verbas” (IAB, 2020).

Todavia, não se trata de uma discussão sem precedentes. Desde a segunda metade do século XX, tem se verificado uma ênfase ao desenho arquitetônico, não só como produto do processo de projeto, mas como produção artística. Na década de 1970, por exemplo, a valorização dos desenhos de arquitetura teve, além do interesse dos museus, o apoio dos próprios profissionais como do grupo *The New York Five Architects*, especialmente Peter Eisenmann, que defendeu a autonomia da arquitetura enquanto manifestação artística. Deste modo, os desenhos de arquitetura passaram a ter valor no mercado de arte.

No que se refere ao patrimônio moderno brasileiro, para além dos seus icônicos edifícios construídos, a preservação de acervos de arquitetura e urbanismo modernos ganha força neste período. Naquele momento, a arquitetura moderna passava a ser vista e percebida como parte da história, como indica, por exemplo, a criação da organização *Documentation and Conservation of buildings, sites and neighborhoods of the Modern Movement* (DOCOMOMO), na Holanda, e sua vertente brasileira instalada em 1992 no mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Este movimento de retomada do passado se relaciona a uma forma muito específica de percepção do tempo que passa a vigorar nas últimas décadas do século XX. Multiplicam-se, por diversas partes do mundo, os museus e instituições dedicadas à preservação do patrimônio e da documentação histórica, e se intensificam os processos de renovação dos centros históricos urbanos, em uma espécie de museificação das cidades. Diversos autores identificaram estes sintomas do período sob a ideia de patrimonialização ou da ascensão do patrimônio.

O historiador francês François Hartog (2013) aponta, no último quartel do século, a passagem para um novo regime de historicidade amparado pela experiência do passado, que na França se confunde com o bicentenário da Revolução Francesa, em 1989. Assim, se a categoria do “futurismo” definiu boa parte da experiência do tempo no século XX, esta cede espaço ao presentismo na medida em que vai se decantando o processo de modernização. Há uma retração da expectativa de redenção da humanidade pelo progresso técnico, comum ao ideário do século XX e presente na constituição do discurso moderno.

¹ As constantes nomeações de profissionais não capacitados aos cargos técnicos do IPHAN, pelo atual Governo Federal (desde 2019), assim como o rebaixamento do Ministério da Cultura à condição de Secretaria Especial, subordinada ao Ministério do Turismo, são alguns exemplos do estado atual da cultura no Brasil. A própria condição designada à cultura como esfera complementar do turismo demonstra tal reducionismo, restringindo-a como mero artifício econômico. Esta situação, também se reproduz nas esferas regionais de preservação, com a desestruturação do conselho técnico do Condephaat que se manifestou, por exemplo, na demolição da arquibancada popular do Estádio do Pacaembu, conhecida como “Tobogã”, para a instalação de um complexo de serviços e, mais recentemente (2020), na recusa pelo tombamento do Conjunto Esportivo do Ibirapuera em favor da construção de um empreendimento imobiliário no local. Em 2021, fomos surpreendidos pela inclusão do Palácio Capanema, marco da arquitetura moderna brasileira, em uma lista de imóveis à venda pelo Governo Federal.



As décadas finais do século XX, são repletas de marcos históricos que assinalam o encerramento ou a realização de um ciclo histórico. Por exemplo: o já mencionado bicentenário da Revolução Francesa, que mobilizou os historiadores franceses a refletir sobre esse período da história nacional. No mesmo ano de 1989, a queda do muro de Berlim e, em 1991, o fim da União Soviética, que marcaram o encerramento da experiência socialista naquele século, são datas que ajudaram a conformar a ideia de encerramento do regime moderno, da precipitação do seu declínio como regime dominante (HARTOG, 2013, p.136). Algo parecido pode ser percebido na história da arquitetura brasileira que enfrenta, nestas últimas décadas do século, um momento de revisão, em um contexto de transição democrática, cujo ano de 1988 marca a nova constituição nacional.

Estes pontos de inflexão e conclusão de uma duração histórica são, também, marcados por iniciativas de preservação do patrimônio nacional. Acompanhando a institucionalização do campo profissional e a consolidação do ensino nas escolas de arquitetura surgiram, no Brasil, a Biblioteca da FAU USP, em 1960, e o Núcleo de Pesquisa e Documentação (NPD) da FAU UFRJ, em 1982, constituindo dois dos principais arquivos voltados à preservação de acervos de arquitetura e urbanismo no Brasil e no mundo.

No caso da FAU USP, a formação de seu acervo se deu, a partir da livre iniciativa dos professores no âmbito da Biblioteca da Faculdade, o que acabou por lhe conferir também uma dimensão arquivística, hoje central em todo grande acervo universitário similar, ao incluir além de desenhos, fotografias em vários suportes, slides, matrizes, cartazes, materiais audiovisuais, maquetes, cds, memoriais de projetos, cálculos de engenharia, documentação de escritórios e obras, correspondência, currículos, cadernos de viagens, notas de aulas, trabalhos didáticos, recortes de publicações, catálogos, manuscritos, depoimentos, entre outros documentos pessoais e administrativos, com o claro objetivo de apoio ao aperfeiçoamento do ensino e da pesquisa acadêmica.

Essa iniciativa antecede, em mais de uma década, a valorização mundial dos desenhos de arquitetura, cuja musealização se intensificaria em fins dos anos 1970. De fato, salvo poucas exceções, como na Rússia em 1934 e na Finlândia em 1956, museus especializados em arquitetura, voltados à constituição, preservação, investigação e exposição de acervos, abertos ao público em geral, apenas se consolidariam no último quartel do século 20. Mesmo instituições mais antigas, como o Departamento de Arquitetura e Design do MoMA de Nova York, criado em 1932, só ganhariam impulso nessas últimas décadas do século XX, quando setores de arquitetura começam a se impor em novos museus, a exemplo do Centro Cultural Georges Pompidou, em Paris (1979), ou são criados museus e centros de documentação especializados em arquitetura em vários países, como o Centro Canadense de Arquitetura (CCA), em 1979; os Museus de Arquitetura de Frankfurt e de Munique, em 1983 e 1986 respectivamente; o Centro de Arquivos de Arquitetura do Século XX em Paris em 1986, ou o Instituto Holandês de Arquitetura (NAI) em Rotterdam em 1988.

Estes arquivos especializados em uma categoria específica de fontes históricas, no caso os documentos de arquitetura e urbanismo, se formaram a partir do fortalecimento da ideia de preservação dos documentos históricos e, por consequência, de arquitetura. Neste sentido, também não são raros os acervos que vão sendo “descobertos”, apontando para uma importante massa documental em processo de identificação e catalogação que, em alguns casos, não se encontra depositada em instituições especializadas para o seu acondicionamento, mas guardada por familiares dos arquitetos ou dispersa em locais ainda desconhecidos. Estes documentos, base material para pesquisas históricas, mas também para o ensino nas escolas de arquitetura, são fundamentais para a complementação, a revisão e a diversificação da história da arquitetura e do urbanismo, construindo novas possibilidades de compreensão deste processo.



2. A atualidade da questão dos acervos e sua importância para além da pesquisa em arquitetura e urbanismo

Se ao longo do século XX, no Brasil e no mundo, consolidaram-se arquivos de grande importância na área da arquitetura e do urbanismo, nas últimas décadas, os acervos de arquitetura e de arquitetos mundialmente reconhecidos têm despertado novos interesses, como ativos de grande valor em uma economia global da cultura. Esta valorização dos acervos de arquitetura e urbanismo tem se tornado possível por motivos diversos, em um contexto distinto do qual surgiram os primeiros esforços de preservação deste tipo de documento.

Nas últimas décadas, as novas tecnologias da informação têm impactado de forma decisiva na organização arquivística. A possibilidade de digitalização de documentos, por exemplo, amplia progressivamente o seu potencial de difusão, tornando-os acessíveis a pesquisadores e ao público não especializado, em diversas partes do mundo. Este fenômeno foi possível com a expansão do acesso à internet, atrelada à internacionalização acadêmica e à valorização dos acervos arquitetônicos, que têm recebido atenção exclusiva em exposições dedicadas à arquitetura por todo o mundo, sendo cultuados como objeto artístico.

Neste sentido, se a arquitetura está no edifício construído, tem sido deflagrada uma valorização do processo criativo e de projeto, pela recuperação da produção documental de personagens importantes da arquitetura do século passado. No Brasil, podemos destacar nas últimas três décadas o surgimento de novos acervos autorais de arquitetura, assim como a publicação de livros de caráter biográfico sobre determinados arquitetos e a organização de exposições, que se alimentam dos documentos destes novos acervos.

No início dos anos noventa, a fundação do Instituto Bardi, sediado em sua famosa Casa de Vidro, buscou preservar e difundir a obra de Pietro Maria Bardi e da arquiteta Lina Bo Bardi. Pouco presente nos círculos institucionais da profissão em São Paulo, seja no ensino (FAU USP), nos órgãos de classe (IAB), ou nos grandes planos de desenvolvimento que marcaram a trajetória de importantes arquitetos modernos do país, como o Plano de Ação do Governo do Estado, o reconhecimento da obra de Lina Bo Bardi tem sido ampliado. A particularidade do seu itinerário profissional vem suscitando debates sobre a questão de gênero na profissão, observada por estudos recentes da sua obra, estudos estes que foram viabilizados pela constituição do Instituto Bardi e de seu acervo, consolidando-a como personagem da história do país e extrapolando o ambiente acadêmico do campo da arquitetura.

Entre outras iniciativas no campo da organização arquivística e difusão de acervos autorais de arquitetos, surgidas no período, destacamos: a organização do acervo do arquiteto Fabio Penteadó, as chamadas “ocupações” organizadas pelo Itaú Cultural em São Paulo, que nesta década contemplaram as obras dos arquitetos Flávio Império, Vilanova Artigas, Paulo Mendes da Rocha, Gregori Warchavchik e Rino Levi, além da exposição Infinito Vão, sobre a arquitetura moderna brasileira, ocorrida entre 2018 e 2019² (FERRAZ, 2019), e em exibição no SESC 24 de maio, em 2021.

Na medida em que a disseminação do documento arquitetônico tem contribuído para a constituição de novas perspectivas sobre a história da arquitetura moderna brasileira, a valorização dos acervos de arquitetura pelo mundo tem confluído para um cenário de acirramento e de intensificação das disputas pela propriedade de acervos autorais de arquitetos consagrados. Embora a expatriação de objetos de importância histórica e cultural não configure um fenômeno contemporâneo, visto que a pilhagem de artefatos históricos e arqueológicos na história moderna foi um fator decisivo para a montagem de muitas instituições museológicas europeias, a discussão tem ganhado novos contornos a partir de acontecimentos recentes.

² Exposição “Infinito vão: 90 anos de arquitetura brasileira”, Casa da Arquitectura, Centro Português de Arquitectura, Matosinhos, 28 de setembro de 2018 a 28 de abril de 2019. Comissariado geral: Nuno Sampaio. Curadoria: Fernando Serapião e Guilherme Wisnik.



Referimo-nos, principalmente, aos casos da expatriação do acervo de Lucio Costa e à querela surgida em torno da doação feita pelo arquiteto Paulo Mendes da Rocha, meses antes de seu falecimento, para a *Casa da Arquitetura* em Portugal. Cabe acrescentar que neste ambiente de disputa, cujas instituições privadas situadas principalmente em países europeus largam à frente, por vezes adotando uma postura agressiva para obtenção de itens, os objetos e documentos de valor cultural têm obtido um novo status que os coloca como agentes de valorização local. Projetos museográficos e expositivos, pensados como elementos centrais na reabilitação ou na inserção de certos espaços em um circuito global da economia da cultura, são capazes de intensificar o turismo e alçar determinada região a um novo patamar, dando visibilidade ao mecenato contemporâneo que financia tais iniciativas, frequentemente ligadas a instituições financeiras.

É neste ponto que se diferenciam alguns arquivos e instituições de guarda de materiais históricos, incluídos os que contam com projetos de arquitetura. É importante notar, como salientamos, que os arquivos de arquitetura criados no Brasil surgem, sobretudo, em universidades públicas e com a função de amparar pesquisas nos cursos de pós-graduação criados e consolidados nas últimas cinco ou seis décadas. Esta função pública, de desenvolvimento do conhecimento por meio do amparo à pesquisa e de sua difusão, constitui uma marca destas instituições arquivísticas, mesmo as criadas mais recentemente e apresentadas neste texto, como o Centro de Memória do Instituto Butantan. Apesar dos percalços enfrentados, como financiamento das atividades, pessoal especializado e problemas infraestruturais para a guarda e manutenção dos arquivos, estas instituições públicas acabam por oferecer uma maior democratização do conhecimento histórico produzido a partir destes materiais e da própria atividade de pesquisa, cujo acesso à documentação não passa por barreiras financeiras.

Contudo, embora demonstrem uma valorização da função arquivística, a proliferação de instituições privadas tem sido marcada por outras perspectivas em relação aos documentos de arquitetura, voltando-se para a sua função com objetos cultuados e de grande valor de exposição. Esta nova abordagem em relação aos documentos, além de limitar o seu acesso à pesquisa pelo estabelecimento de taxas, também foca na captação e preservação de arquiteturas e arquitetos excepcionais, em detrimento do valor histórico e social do documento. Para a escrita e a crítica histórica, esta seleção de documentos pode limitar a compreensão dos fenômenos, recorrendo às narrativas canônicas e mitificantes da história da arquitetura.

Este processo coloca em curso uma conversão da função arquivística, que perde o seu espaço de guarda e difusão dos documentos históricos para a produção de conhecimento e preservação da memória. As fontes primárias, base da pesquisa em história, tornam-se ativos financeiros inseridos num circuito de valorização através de grandes e espetaculares exposições de alcance global. Além disso, ganha destaque e visibilidade uma arquitetura midiaticizada, dos grandes escritórios de arquitetura e de arquitetos premiados, em detrimento de práticas locais, marginalizadas por este circuito cultural.

Diante deste cenário, convém lembrar a centralidade dos documentos históricos para as sociedades humanas que, segundo Jacques Le Goff (1990, p.548), representam o poder das sociedades do passado sobre a memória do futuro. Neste sentido, acrescentamos, na atual conjuntura, a importância da preservação documental e das instituições arquivísticas se voltam para a questão da soberania das sociedades, do seu direito de preservação da própria cultura como forma de perpetuação da memória coletiva. Além de guardar fontes materiais do passado, preservar esta memória é fomentar uma cultura autônoma diante da acelerada difusão de informações e imagens na era digital.

3. Os documentos do Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto (1959-1963) e a historiografia da arquitetura paulista

A história da arquitetura moderna brasileira tem seus primeiros registros a partir da década de 1940, com títulos dedicados à trajetória de arquitetos, *Rino Levi, arquiteto / obras 1928 - 1940*, com prefácio de Goffredo da Silva Telles, publicado em 1940, e *The work of Oscar Niemeyer*, de Stamo Papadaki, de 1950, e catálogos de exposições *Brazil Builds: Architecture New and old, 1652-1942*, de Philip Goodwin relativo à mostra do Museu de Arte Moderna de Nova York Moma em 1943, e *Warchavchik e a introdução da nova arquitetura no Brasil: 1925 a 1940*, de Geraldo Ferraz sobre a exposição no Museu de Arte de São Paulo – MASP em 1965. Esta produção historiográfica se expande com a implantação dos primeiros cursos de Pós-graduação na década de 1970, ganhando uma nova dimensão e iniciando uma corrida às fontes primárias.

Os acervos documentais permitiram a recuperação de um capítulo importante da história da arquitetura paulista,³ até muito recentemente obliterado pelos panoramas da arquitetura brasileira do século 20, Lemos (1979); Bruand (1981) e Segawa (1997). O desconhecimento de um plano de governo responsável pela contratação de mais de mil obras envolvendo mais de 160 arquitetos levou à construção de uma versão parcial do desenvolvimento da arquitetura moderna paulista e até mesmo a alguns equívocos.

Nos panoramas citados, a versão recorrente da rápida consolidação da arquitetura moderna carioca deveu-se em grande parte ao apoio do estado, enquanto a arquitetura paulista dependeu da iniciativa privada dada a falta de interesse do estado. O Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) é o ponto de partida dessa tese, que vem sendo reiteradamente assumida nas discussões, reafirmada em artigos e trabalhos acadêmicos. Entretanto, o quadro é muito mais complexo, o que pesquisas recentes têm evidenciado.

A polêmica em torno do concurso anulado que premiou um projeto de inspiração marajoara⁴, a favor de uma obra moderna contratada com uma equipe de jovens arquitetos⁵ colocou a arquitetura em destaque na imprensa carioca. A fulminante trajetória de Oscar Niemeyer, um dos autores do MESP, promovida por Juscelino Kubitschek, passando pelo conjunto da Pampulha e culminando com Brasília, dá elementos à rápida associação da relação do estado com a arquitetura moderna.⁶ Entretanto, a participação do estado na promoção da arquitetura moderna carioca não foi nem única nem exclusiva à produção moderna, como já abordado por Camargo (2020). Uma das principais referências para o reconhecimento dessa produção, *Brazil Builds*, traz além do MESP e Pampulha, edifícios residenciais, comerciais e muitas casas particulares projetadas por esses mesmos arquitetos,

³ Estes acervos que amparam as pesquisas citadas neste artigo nos permitem rever o lugar dado à produção paulista na historiografia, como um episódio da produção moderna brasileira. A exemplo do que esses acervos permitiram: reposicionar a produção paulista na historiografia da arquitetura moderna brasileira, outros acervos podem dar luz a uma contribuição ainda obliterada.

⁴ O concurso de 1936 foi vencido por Archimedes Memória, professor da Escola Nacional de Belas Artes e responsável por um dos maiores escritórios de arquitetura do Rio de Janeiro nos anos de 1930.

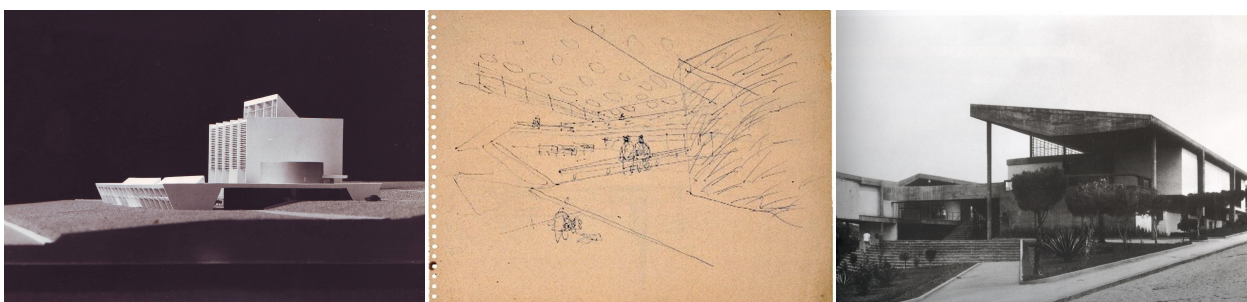
⁵ A equipe coordenada por Lúcio Costa (34 anos) era composta por Affonso Eduardo Reidy (27 anos), Carlos Leão (30 anos), Ernani Vasconcelos (24 anos), Jorge Moreira (32 anos) e Oscar Niemeyer (29 anos), e contou com a consultoria de Le Corbusier.

⁶ Esta associação entre estado e arquitetura moderna, foi duramente condenada por alguns críticos europeus, como Max Bill e Bruno Zevi, ao acusar a arquitetura de Oscar Niemeyer de se submeter ao poder, estando em desacordo com um compromisso social da arquitetura moderna.

enquanto o governo responsável pela realização do edifício do MESP investiu concomitantemente em obras neoclássicas, ecléticas, neocoloniais, dependendo do interesse de cada ministério.

A ausência de obras públicas paradigmáticas na arquitetura moderna paulista, na década de 1930, deve-se a uma somatória de fatores e não a um mero contexto provinciano ou "falta de interesse do poder público", como colocado por Yves Bruand (1981, p.271). Apesar das primeiras manifestações modernas, seja obra⁷, sejam textos⁸, serem construídas e publicadas na cidade de São Paulo, na década de 1930 eram poucos os arquitetos atuantes na cidade e o Estado de São Paulo vivia uma condição econômica e política muito adversa a novos investimentos. A crise econômica deflagrada pela quebra da bolsa de Nova York em 1929 e o embate político que culminou na revolução de 1932, comprometendo as relações com o governo federal, abalaram fortemente a administração pública do estado. Ainda assim, foram construídas algumas obras pelo poder público, senão exemplares fiéis da aplicação dos cinco pontos⁹ da arquitetura moderna definidos por Le Corbusier, certamente não acadêmicas, como a Biblioteca Municipal Mário de Andrade (1935), publicada inclusive no *Brazil Builds*; o viaduto do Chá (1935) e o programa escolar da Secretaria da Educação de São Paulo (1936) responsável pela construção de dezenas de edifícios. A partir da lenta recuperação econômica na década seguinte, da criação do diretório regional do IAB na cidade, do significativo aumento do número de profissionais com a emancipação das duas escolas de Arquitetura (Mackenzie em 1947 e FAU/USP em 1948) e com a chegada de arquitetos estrangeiros desterrados pela guerra, o repertório moderno nas obras públicas da cidade ampliou consideravelmente: escola de Enfermagem da USP (1942), o hospital do Câncer (1947), a Piscina Coberta (1948); alguns contratados inclusive com arquitetos cariocas como o Convênio Escolar (1948-1955), coordenado por Hélio Duarte, que realizou 68 equipamentos escolares além do conjunto do Parque do Ibirapuera (1951), sob a coordenação de Oscar Niemeyer, realizado para os festejos do IV Centenário da cidade de São Paulo.

Figura 1: Departamento de Letras/FFLCH-USP, Carlos Milan, 1961; FAU-USP – desenho João Batista Vilanova Artigas, 1961; Fórum de Itapira, Joaquim Guedes, 1961.



Fonte: Acervo FAU/USP e Acervo Joaquim Guedes (1961).

No entanto, as narrativas que avançaram na análise das obras na década de 1960, na qual são incluídas obras ícones da arquitetura brasileira moderna, como o edifício da FAU/USP de Vilanova Artigas e Carlos Cascaldi, o fórum de Itapira de Joaquim Guedes, entre outras obras públicas, a tese seguiu corroborada apesar da evidência de se tratar de obras públicas contratadas por escritórios particulares, como em Segawa (1998:139):

⁷ Casa da Rua Santa Cruz, Gregori Warchavchik, 1929.

⁸ "A arquitetura e a estética das cidades. Uma carta de um estudante brasileiro em Roma. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 15 out. 1925" e "Acerca da arquitetura moderna. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1 nov. 1925."

⁹ Pilotis, planta livre, estrutura independente, janelas em fita e terraço jardim



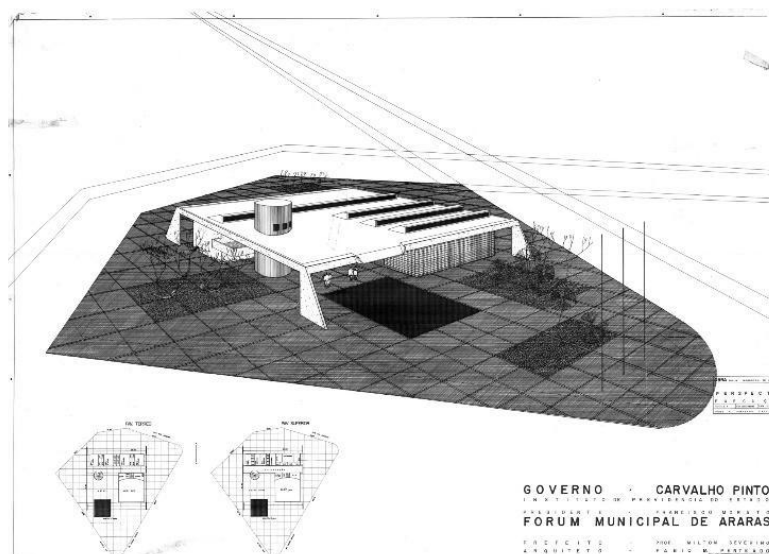
O Rio de Janeiro era capital (e até a década de 1960, a cidade mais populosa), e as encomendas aos arquitetos modernos eram, em sua maioria patrocinadas pelo poder público; em São Paulo, ao contrário, o patrocínio estatal aos escritórios privados era diminuto. O acesso a obras maiores dependia principalmente da encomenda da iniciativa privada.

Estudos posteriores de obras e de trajetórias de arquitetos paulistas permitiram constatar a coincidência da realização, no mesmo ano de 1959 e nos dois anos seguintes, de vários projetos públicos, como fóruns e escolas, suscitando a investigação de uma possível relação entre eles. A partir de fontes primárias, inicialmente os acervos dos próprios arquitetos e da Companhia Paulista de Obras e Serviços (CPOS) foi possível identificar uma surpreendente relação entre essas obras, até então não identificada pela historiografia e nem mesmo comentada pelos próprios arquitetos. Os desenhos originais continham no carimbo de identificação: Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto (1959-1963) e no acervo da CPOS estavam registradas, entre centenas de outras obras, em um caderno desse mesmo Plano, totalmente ignorado até as primeiras décadas do século 21. Somente a partir das pesquisas de Camargo, Buzzar, Alves, Cordido e com o inventário¹⁰ coordenado pelo IAU/USP e desenvolvido em parceria com a FAUUSP com apoio da FAPESP e do CONDEPHAAT, entre 2011 e 2015, vislumbrou-se a dimensão desse plano ainda não totalmente mapeado.

O Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto – PAGE, desenvolvido em um momento de expectativa de grandes mudanças sociais, teve por objetivo a criação de uma tecnocracia democrática para racionalizar o serviço público e promover o desenvolvimento do Estado de São Paulo, cujos investimentos foram estruturados em três setores: 1 - melhoria das condições do Homem, que incluía as áreas de educação, cultura e pesquisa; justiça e segurança; saúde pública e assistência social, e sistemas de água e esgoto; 2 – infra-estrutura abrangendo energia; ferrovias; rodovias; pontes municipais; aeroportos, portos e navegação; e 3 – expansão agrícola. Com um terço dos recursos destinado à melhoria das condições do homem, foi possível um grande investimento na construção de equipamentos públicos: fóruns, postos de saúde e principalmente escolas: primárias, secundárias, técnicas profissionais e a execução do novo campus – a Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira – para a Universidade de São Paulo criada em 1934 cuja implantação vinha se arrastando desde então. Integraram também esse setor a criação de uma nova instituição – a Universidade Estadual de Campinas e de um órgão de apoio à pesquisa – a FAPESP. Considerando apenas esse setor 1, foram contratados, no prazo de quatro anos, mais de mil projetos, envolvendo 196 municípios e mais de 160 arquitetos.

¹⁰ Processo Fapesp n. FAPESP: 2011/51108-0. Difusão da Arquitetura Moderna no Brasil. O patrimônio arquitetônico criado pelo Plano de Ação do Governo carvalho Pinto (1959-1963).

Figura 2: Fórum de Araras, Arquiteto Fábio Penteadó, 1959.



Fonte: Acervo Fábio Penteadó (1959)

A partir do Plano e dos relatórios anuais apresentados à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, publicados no Diário Oficial, traçou-se uma estratégia de investigação, percorrendo vários acervos: Imprensa Oficial do Estado (IMESP); Instituto de Pensão do Estado de São Paulo (IPESP) um dos principais financiadores do Plano; CPOS, Fundo de Desenvolvimento Escolar (FDE); Superintendência do Espaço Físico da USP (SEF); Seção Iconográfica da Biblioteca da FAU/USP; Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo; IAB/SP e gravando dezenas de entrevistas e visitando dezenas de obras. Para uma dimensão da abrangência da pesquisa, só no acervo do IPESP foram pesquisados 1.177 processos relativos a 428 municípios, entre os quais foram identificados 305 com projetos elaborados por arquitetos autônomos para o Plano de Ação. Foram elaboradas 800 fichas, 42 desenhos; 11 maquetes eletrônicas e 3 maquetes físicas.

Algumas das obras identificadas são paradigmáticas da arquitetura moderna brasileira pelas inovações que introduziram ao campo da arquitetura, quanto ao programa, à integração com a cidade, à sociabilidade, às técnicas construtivas, à solução estrutural, à inovação formal e a sua relação com as artes plásticas. Curiosamente parte desse vasto acervo arquitetônico, como as escolas de Artigas, incluindo-se aí a FAU/USP, os fóruns de justiça de Paulo Mendes da Rocha, Oswaldo Arthur Bratke, Affonso Reidy, Fábio Penteadó, Joaquim Guedes, é referenciado nas narrativas históricas do período, entretanto, como obras isoladas, nunca atrelado a esse plano cujo vínculo, a pesquisa demonstrou como fundamental para a compreensão histórica da arquitetura moderna paulista.

Figura 3: Imagens dos processos do IPESP que estavam na C.G.I. antes de serem encaminhados à Secretaria da Fazenda.



Fonte: Difusão da Arquitetura Moderna no Brasil. O patrimônio arquitetônico criado pelo Plano de Ação do Governo carvalho Pinto (1959-1963). Maria Thereza de Barros Cordido. 2012.

A questão inicial de encontrar a relação entre algumas obras públicas descortinou, a partir dos acervos documentais, um universo inesgotável de pesquisa, não apenas sobre a consolidação e difusão da arquitetura moderna, mas abrindo uma frente para muitos campos do conhecimento: as relações de trabalho, o campo profissional do arquiteto, a arquitetura autoral e produção pública de projetos, as técnicas construtivas; a qualidade da construção e as disputas políticas, como revela a pesquisa de Luiz de Lucca Neto (2021), ao identificar a produção de inúmeros e desconhecidos projetos para edifícios e planos urbanísticos de integração do Instituto Butantan com a Cidade Universitária, durante e após a vigência do plano governamental. Este caso ofereceu uma perspectiva do PAGE, também, como um espaço de embates por formas de planejamento, permitindo a ampliação dos debates sobre o sucesso do plano em São Paulo.

Vizinho à Cidade Universitária da USP, no bairro do Butantã em São Paulo, onde fora instalado como um pequeno laboratório em 1899, o Instituto Butantan recebeu especial atenção do governo de Carvalho Pinto, logo no início do Plano de Ação, em 1959. Em virtude dos investimentos para a construção do *campus* da Universidade, cuja área havia sido desmembrada da propriedade original do Instituto em 1941, empreendeu-se um considerável esforço de modernização das estruturas da tradicional instituição de pesquisa e produção de imunobiológicos que, em meados do século, era formada por edificações construídas entre as décadas de 1900 e 1940. Estes edifícios existentes conformam o atual núcleo histórico do *campus* e mostravam-se incompatíveis com a importância alcançada pela instituição e com os seus anseios de expansão em meados do século XX.

Aproveitando-se do corpo de profissionais, arquitetos, urbanistas e engenheiros, alocados no Escritório Técnico para a implantação da Cidade Universitária, além de profissionais contratados externamente para a concepção de novos projetos, foram desenvolvidos edifícios de arquitetura arrojada e planos de ocupação que integravam o tradicional *campus* do Instituto Butantan à moderna estrutura da Universidade, que finalmente ganhava forma através do Plano de Ação do Governo do Estado. Inicialmente, este evento veio ao encontro do desejo de expansão e reestruturação do Butantan, pois, desde 1953 a direção do instituto havia colocado em prática planos para a reorganização do *campus* e regulação de seu crescimento, cujos estudos ficaram a cargo do arquiteto Carlos Alberto Cerqueira Lemos.

Com a chegada do Plano de Ação, logo em 1959, os estudos passaram a ser desenvolvidos pelo arquiteto Rubens Carneiro Vianna, resultando em um primeiro plano de ocupação, que situava os

novos edifícios e vias a serem construídos e reorganizava os fluxos e acessos do *campus*, como desejava a instituição. Este primeiro estudo forneceu as bases para um concurso para o plano diretor, cujo projeto vencedor data de 1961, dos arquitetos Leo Quanji Nishikawa e Sergio Atrigliano. A proposta da dupla alterava radicalmente a paisagem do *campus*, suprimindo os edifícios tradicionais e a estrutura viária existente, dando lugar a construções modernas, concebendo o *campus* como um dos setores da Cidade Universitária. Com o avanço das obras da USP e a indefinição do plano para o Butantan, o governador estabelece um convênio de cooperação com o Fundo para Construção da Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira (FCCUASO), com o intuito de dar celeridade às obras. Neste momento, o planejamento do Instituto, cujo corpo técnico já era compartilhado desde 1959, passa a ser de responsabilidade dos profissionais que planejavam o *campus* da Universidade, contando com a participação e anuência da direção do Butantan, cuja composição é, historicamente, feita por médicos e pesquisadores.

A partir do convênio, tornam-se latentes as divergências entre os planos dos arquitetos e urbanistas modernos e a direção do Instituto. Os planos iniciais são refeitos, aumentando a participação da direção nas decisões de projeto. Ao todo foram desenvolvidos 4 planos urbanísticos distintos e, ao menos, 13 novos edifícios¹¹ projetados para acomodar as instalações do Instituto, somente até o ano de 1966 e sem considerar o número de revisões e variações desenvolvidas ao longo dos anos. Segundo os carimbos destas pranchas e os documentos oficiais da época, trabalharam nestes projetos 12 arquitetos e urbanistas e 5 engenheiros civis, alguns contratados externamente e outros que trabalhavam no Fundo para Construção da Cidade Universitária.

Figura 4: Acervo cartográfico do Centro de Memória do Instituto Butantan, reserva técnica.



Fonte: Fotografia: Juliana Cabral. Acervo Instituto Butantan/Centro de Memória. Data: 28/10/2021.

O mais curioso é que, apesar da dimensão destas propostas, que almejavam transformar o Instituto de pesquisa, um único edifício foi de fato construído neste período. Embora o governo de Carvalho Pinto tenha se encerrado em 1963, alguns projetos prosseguiram em desenvolvimento nos anos posteriores, até 1966. Assim, dos projetos originalmente gestados no período do Plano de Ação, construiu-se somente o Conjunto Residencial, desenvolvido pelo arquiteto Mário Rosa Soares, cuja

¹¹ Este número é ainda maior se considerarmos outros edifícios que não foram planejados no contexto do Plano de Ação, embora tenham sido pelo corpo de arquitetos do FCCUASO. Considerando as variações e edifícios reprojatados por outros profissionais ao longo destes anos, o número também aumenta.

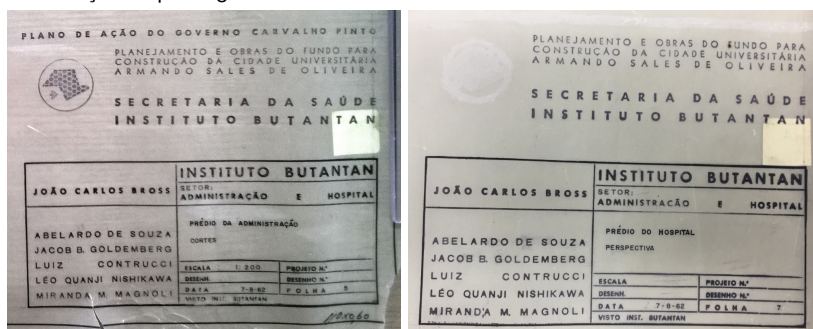
versão inicial do projeto é de 1962 e a primeira parte da obra foi entregue em 1963, com outras pranchas de detalhamento e executivo sendo feitas até 1966, pelo arquiteto Osmar Mammini.

Poucos foram os reflexos imediatos destes projetos para o *campus*, permanecendo um visível contraste entre as paisagens do Instituto Butantan e da Universidade de São Paulo: um *campus* tradicional e o outro moderno. Ao que parece, o convênio para o planejamento estabelecido pelo Plano de Ação e que durou até 1981, mesmo ano do tombamento do conjunto do Instituto pelo Condephaat, fez despertar na direção e na comunidade de pesquisadores, a importância da preservação de seus edifícios históricos, que se confundem com a sua história e seus mitos fundadores na figura de seus personagens, como o médico Vital Brazil, primeiro diretor do Instituto Butantan.

A identificação deste episódio da arquitetura moderna em São Paulo, cujas marcas não operam na paisagem construída, manifesta-se nos projetos e desenhos deixados e preservados por arquivos históricos. No Centro de Memória do Instituto Butantan (Figura 4), responsável pela guarda dos materiais históricos relacionados à trajetória da instituição centenária, estão guardados 1210 pranchas de projetos dentre os quais 913 correspondem ao período do Plano de Ação (1959-1963) e do convênio com o FCCUASO (1961-1981). Outras 132 pranchas de projeto do período do PAGE, relativos ao Instituto, foram identificadas no acervo da Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

Muitos destes documentos possuem rasuras (figura 5), relacionadas ao tempo e à conservação do material e que, também, podem ter origem na tentativa de desvincular os projetos para o Instituto da menção ao Plano de Ação do Governo do Estado (LUCCA NETO, 2021, p.110-111). Assim, embora não seja possível afirmar a motivação exata, grande parte dos carimbos do PAGE foram intencionalmente apagados, dificultando a identificação das pranchas e a sua vinculação com o governo de Carvalho Pinto. A não construção de quase todos os projetos feitos no período, soma-se ao apagamento de informações importantes, o que colocou em risco o reconhecimento desta história importante para a arquitetura brasileira.

Figura 5: Carimbos de projetos do Plano de Ação para o Instituto Butantan: o primeiro original e o segundo contendo rasuras, com o apagamento da menção ao plano governamental.



Fonte: Acervo Instituto Butantan/Centro de Memória (1962).

Estes documentos do Plano de Ação, alguns acumulando mais de sessenta anos, passaram despercebidos por boa parte do tempo e mantiveram-se dispersos, até a sua reunião e organização pelos dois órgãos de preservação: o Centro de Memória do Instituto Butantan e a biblioteca da FAU USP. Mais recente, o primeiro foi fundado no ano de 2010, como Núcleo de Documentação e, posteriormente, tornou-se Centro de Memória, reunindo inúmeros acervos relacionados ao Instituto



Butantan. É responsável pela guarda de milhares de documentos em suportes diversos, relacionados à história institucional e da saúde pública paulista (LUCCA NETO, 2021, p.46-47). Este trabalho precursor, de organização do acervo de projetos, viabilizou a identificação de um episódio importante do Plano de Ação, cuja atuação no *campus* do Instituto Butantan era desconhecida, ampliando a histórica relação da Instituição com a Universidade de São Paulo que, a partir de 1959, se estende, também, para o planejamento urbano e territorial.

Apesar do acúmulo notável de pesquisas envolvendo o Plano de Ação, feitas nas últimas duas décadas, cada vez mais, vão sendo identificados novos acervos e documentos de arquitetura desconhecidos dos pesquisadores e do público¹², e que ampliam a dimensão do Plano para a cultura arquitetônica brasileira, dando ainda maior dimensão a um fenômeno histórico que se imaginava próximo de ser compreendido em sua totalidade. Pesquisas de longa duração como estas, que levam décadas e envolvem inúmeros pesquisadores, são iniciativas difíceis de serem previamente delimitadas, na medida em que se apoiam em fontes documentais. Para tanto, o desenvolvimento deste tipo de trabalho, que têm impacto decisivo na renovação da historiografia da arquitetura e do urbanismo, requer um grande esforço de preservação e difusão de acervos arquitetônicos, através do fortalecimento e criação de novos acervos e instituições arquivísticas.

4. Conclusão: escrita da história da arquitetura e as fontes documentais

A escrita da história da arquitetura moderna confunde-se com a atuação dos arquitetos modernistas, identificados como parte de um movimento pela historiografia.¹³ Ao longo da primeira metade do século XX, os próprios arquitetos foram os escritores, comentadores e produtores das obras modernas e direcionaram seus esforços para a afirmação do modernismo arquitetônico no embate pela renovação do campo. Neste sentido, as obras sobre a história da arquitetura moderna adquiriram, também, a condição de difusoras desta arquitetura e de seus pressupostos éticos e estéticos. Foram produzidos nos mais diversos formatos, como manifesto, crítica, texto de debate ou livros, e publicados em jornais de grande circulação, revistas especializadas e publicações organizadas pelos arquitetos modernos. Estes textos ajudaram a afirmar esta arquitetura e conduziram a perspectiva dominante sobre o período, concebendo as narrativas e os personagens da modernidade.

A virada nas ciências humanas, ocasionada pelo pós-estruturalismo, renovando os estudos sobre a história a partir de obras como as de Michel de Certeau (1982), cuja discussão também é abordada por Michel Foucault (2000), abriram espaço para novas interpretações, enfatizando a noção de que a produção da história também parte de certas perspectivas e lugares. Esta renovação manifesta-se na historiografia da arquitetura através da adoção de uma postura crítica em relação à história canônica da arquitetura moderna, recusando as “hagiografias anteriores” que narravam a modernidade como um grande triunfo, em detrimento das suas contradições e dos atores marginalizados pela historiografia (COHEN, p.48, 2011). É neste contexto que os arquivos adquirem maior importância para a pesquisa histórica e os historiadores da arquitetura voltam-se aos documentos, sobretudo aos

¹² A descoberta mais recente de documentos do PAGE envolve projetos de edifícios e infraestruturas rurais feitos para a Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, até então desconhecidos, encontrados pelo pesquisador Gabriel Deller de Aguiar, que desenvolve pesquisa de mestrado na FAU USP, a partir desta documentação.

¹³ Em 1936, o historiador alemão Nikolaus Pevsner articulou em seu livro *Pioneers of the Modern Movement* a ideia de movimento moderno, traçando um itinerário do modernismo que teria iniciado com William Morris e alcançado a produção de Walter Gropius na década de 1920.



documentos não publicados ou dispensados pela historiografia corrente.

Consolidando-se como campo autônomo e institucionalizado, apoiando-se na abertura e organização dos arquivos, a história da arquitetura alcança uma grande renovação, a contrapelo da história escrita pelos modernos. As pesquisas sobre o Plano de Ação do Governo do Estado, no âmbito da renovação historiográfica vista no Brasil a partir dos anos 1980, desvelaram uma rede que interligava a realização de edifícios fundamentais da arquitetura brasileira, alguns deles já tombados pelos órgãos de proteção ao patrimônio. Estes edifícios e seus autores, figuras presentes na historiografia, caracterizaram a modernidade arquitetônica e, os arquitetos, articuladores da participação profissional no planejamento do Governo Carvalho Pinto. Contudo, a dimensão política e a sua conexão – para além dos pressupostos estético e formais desta arquitetura – foram obliterados, tanto pelos arquitetos quanto pela historiografia.

A participação ativa dos arquitetos na construção do plano governamental, conduzido por Vilanova Artigas e pelo IAB de São Paulo (CAMARGO, 2015), não parece ter se enraizado na própria narrativa destes profissionais, cuja referência de suas obras ao Plano de Ação é desconhecida. A retomada dos arquivos históricos por novas gerações de pesquisadores, já desvinculados do ambiente moderno, revelou uma vasta documentação – composta não somente de desenhos de arquitetura –, que abriu outras possibilidades para a compreensão do fenômeno moderno brasileiro, sinalizando uma história complexa, repleta de nuances, conflitos, disputas políticas e também triunfos. Apesar do considerável avanço das pesquisas do Plano de Ação nas últimas duas décadas, novos documentos continuam sendo identificados e, no futuro, devem contribuir para a ampliar as perspectivas sobre a história do modernismo arquitetônico.

5. Referências

ALVES, André Augusto de Almeida. **Arquitetura escolar paulista 1959 – 1962: o PAGE, o IPESP e os arquitetos modernos paulistas**. 2008. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – FAU USP, São Paulo, 2008.

BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. São Paulo, Perspectiva, 1981.

BUZZAR, Miguel Antonio (coord.) e ali. **Difusão da arquitetura moderna no Brasil – O patrimônio arquitetônico criado pelo Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto (1959-1963)**. Relatório do projeto de pesquisa referente ao Edital do convênio Condephaat/ Fapesp, processo – 2011/51108-0. São Paulo, 2015.

____. CAMARGO, Mônica Junqueira de. CORDIDO, Maria Tereza Regina Leme de Barros. et al. **Arquitetura moderna no Estado de São Paulo: difusão e dimensão social através de equipamentos públicos produzidos pelo Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto - PAGE - (1959-1963)**. São Paulo, Cultura Acadêmica, 2016. p. 101-110. In: SALCEDO, Rosío Fernández Baca; BENINCASA, Vladimir; CHAMMA, Paula Valéria Coiado; FARIA, Obede Borges, orgs. **Reabilitação do patrimônio arquitetônico e edificado e sua dimensão cotidiana**, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

____. CORDIDO, Maria T. R. L. de Barros. SIMONI, Lucia N. **A arquitetura moderna produzida a partir do plano de ação do governo Carvalho Pinto**Page – (1959/1963). Artigo, **Revista arq.urb**, n.14, USJT. 2015.

____. CAMARGO, Mônica Junqueira de. CORDIDO, Maria Tereza Regina Leme de Barros. **Os significados da mudança de paradigma arquitetônico advindo com o Plano de Ação de Governo de**



Estado/SP (PAGE) na gestão Carvalho Pinto (1959-1963). Recife, 2016. s.p., Seminário Docomomo Brasil(11.: 2016: Recife).. Anais: **O campo ampliado do movimento moderno**, Recife, 2016.

CAMARGO, Mônica Junqueira de. Artigas e a Escola Paulista. **Revista arq.urb**, n. 14, p. 135-155, 16 dez. 2015.

____. Escola, Paulista, Escola Carioca: algumas considerações. In ESPINOSA., José Carlos Huapaya (Org.) **Revisões e Ampliações da Arquitetura e do Urbanismo Modernos no Brasil**. Salvador: Editora da UFBA, 2020.

____. História: o edifício da FAU-USP e o PAGE. São Paulo, Editora da Cidade, 2016. p. 164-169. In: Barossi, Antonio Carlos, org. **O edifício da FAU-USP de Vilanova Artigas**, São Paulo: Editora da Cidade, 2016.

____. Inventário dos bens culturais relativos ao Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto. **Revista CPC**, [S. l.], n. esp21, p. 164-203, 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/111965>. Acesso em: 12 out. 2020.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

COHEN, Jean-Louis. Da Afirmação Ideológica à História Profissional. **Desígnio – Revista de História da Arquitetura e do Urbanismo**, n.11/12, Annablume, 2011.

CORDIDO, Maria Tereza Regina Leme de Barros. **Arquitetura forense do Estado de São Paulo: produção moderna, antecedentes e significados**. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) – EESC-USP, São Carlos, 2007.

COSTA, Angélica Irene da. **As obras escolares do Plano de Ação do Governo do Estado (PAGE): a educação em novas formas**. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) – IAU-USP, São Carlos, 2014.

FERRAZ, Marcelo Carvalho. Arquitetura em vão? Sobre exposição da arquitetura brasileira em Matosinhos, Portugal. **Resenhas Online**, São Paulo, ano 18, n. 205.04, Vitruvius, jan. 2019. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/18.205/7231>. Acesso em: 28 de Maio de 2020.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. 6. ed. Rio de Janeiro, Forense-Universitaria, 2000.

GOODWIN, Philip Lippincott. **Brazil builds: architecture new and old, 1652-1942**. New York, The Museum of Modern Art, 1943.

GUERRA, Abílio. Construção de um campo historiográfico. São Paulo, Romano Guerra, 2010. p. 11-22 In: **Textos fundamentais sobre história da arquitetura moderna brasileira – parte 1**. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2010.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade. Presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

IAB/SP, Instituto de Arquitetos do Brasil. Por uma Rede de Acervos de Arquitetura e Urbanismo. Carta aberta. **Drops**, São Paulo, ano 21, n. 156.04, Vitruvius, set. 2020. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/drops/20.156/7883>. Acesso em: 23 de Dezembro de 2020.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, Editora da UNICAMP, 1990.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **Arquitetura brasileira**. São Paulo, Edições Melhoramentos/EDUSP, 1979.

LUCCA NETO, Luiz de. **Instituto Butantan, Plano de Ação e as disputas institucionais de planejamento (1959 – 1981)**. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - FAU-USP, 2021.



MARTINS, Carlos Alberto Ferreira (Org.). WARCHAVCHIK, Gregori. **Arquitetura do século XX e outros escritos**. Série Fontes da Arquitetura Moderna, volume 02. São Paulo, Cosac Naify, 2006.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo, EDUSP, 1997.

VIANA, Claudio Muniz. Da Concepção ao projeto de execução: a gênese documental dos arquivos de arquitetura. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.9, n.2,p. 123-155, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/8328>. Acesso em: 16 abr. 2021.

Luiz de Lucca Neto

Doutorando e mestre (2021) em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (FAU-USP), pesquisador do grupo Cultura Arquitetura e Cidade na América Latina (USP/CNPq) e do Centro de Referência da Cultura Arquitetônica Paulista (USP/CNPq). Tem graduação em Arquitetura e Urbanismo (Centro Universitário Uniseb, 2016) e em História (FFLCH-USP, 2019). Entre 2016 e 2018 atuou como membro do corpo editorial da Revista Epígrafe (DH-USP). Tem experiência em planejamento e projeto de arquitetura e urbanismo, em história contemporânea e na área de história da arquitetura e do urbanismo, com ênfase em arquitetura moderna brasileira e século XX.

Contribuição de autoria: Concepção; Curadoria de dados; Análise; Coleta de dados; Metodologia; Supervisão; Validação; Visualização; Redação – rascunho original; Redação - revisão e edição.

Monica Junqueira

Arquiteta graduada pela Universidade Mackenzie (1977), mestrado em Arquitetura pela mesma Universidade e doutorado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (2000), livre-docência em 2009 pela mesma Universidade. Trabalhou como arquiteta de 1977 a 2003 na Prefeitura do Município de São Paulo, pesquisando no Departamento do Patrimônio Histórico e na Divisão de Pesquisas do Centro Cultural São Paulo. Lecionou História da Arquitetura no Brasil na Universidade Mackenzie de 1987 a 2003. Desde então é professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, onde desenvolve a linha de pesquisa Arquitetura e Cidade Moderna e Contemporânea, com particular interesse à arquitetura brasileira e ao patrimônio histórico, conselheira do Conpresp no período de 2004 a 2007, e 2018 a 2020. Diretora do CPC - Centro de Preservação Cultural da USP (2014 -2018). Chefe do departamento de História e Estética do Projeto (2019 -). Autora de livros, capítulos de livros e artigos e curadora de exposições.

Contribuição de autoria: Concepção; Curadoria de dados; Análise; Coleta de dados; Metodologia; Supervisão; Validação; Visualização; Redação – rascunho original; Redação - revisão e edição.

Como citar: LUCCA NETO, Luiz de; JUNQUEIRA, Monica. A questão dos arquivos de arquitetura e o Plano de Ação do Governo do Estado de São Paulo (1959-1963) na historiografia da arquitetura moderna. Revista Paranoá.n.32, jan/jun 2022. DOI 10.18830/issn.1679-0944.n32.2022.19.

Editores responsáveis: Maria Cristina da Silva Leme, Daniela Ortiz, Liz Sandoval e Carolina Pescatori.